Esforços sociológicos para sair da actual prisão epistémica

Os melhores autores de sociologia estão a contas com a mesma. Queixam-se dela ao mesmo tempo que se declaram rendidos aos seus encantos. Preferem esperar que ela se transforme a fazer aquilo que é indispensável: romper com a relação para a renovar, para a actualizar, que é a forma de obrigar à sua transformação.

Actualizar a sociologia pode constituir uma fuga em frente, como já ocorreu no passado. Fazer uso de uma pedra acrítica sobre o passado, à moda das revoluções, de modo a que tudo comece de novo, pode deixar por resolver os problemas de fundo. Sem consciência da crítica a fazer, tudo pode retornar aos mesmos problemas de partida. Como terá acontecido nas décadas de sessenta e setenta com a sociologia. Segundo Mouzelis (1995:7), a sociologia em vez de tirar partido das críticas anti-estrutural-funcionalistas de modo substantivo, fê-lo de um modo formal. Deixou de mencionar as origens das ideias mas manteve o fundamental do pensamento dominante norte-americano estabelecido no pós-guerra: reducionista do que é a sociedade e reificador das suas potencialidades de intervenção.

Reducionista da sociedade por que a reduziu às suas dimensões de poder, argumento eu, seguindo Moscovici e Doise (1991), Therborn (2006:3) ou Lahire (2012:125). Sociologia reificadora por passar desconsiderar as dimensões de cuidado e violência, por um lado, e as dimensões de regulação identitária, por outro lado. Por exemplo, por desconsiderar as dimensões da violência nas escolas (Bourdieu & Passeron 1964) ou na saúde (Foucault 1999). Por desconsiderar a regulação identitária implicada nas guerras (Girard 1972) ou na justiça (Preto 2010).

Reducionismo e reificação de que se queixam feministas. De facto, tem cabido tradicionalmente às mulheres suportar e cuidar das consequências da violência num regime de desqualificação do seu trabalho. Reducionismo e reificação de que se queixam também as minorias, para quem a justiça assume principalmente o aspecto discriminatório de guerra étnica, religiosa, etária, de classe, etc., numa expressão, a desestabilização das identidades dominadas para as conservar em situações hierarquicamente desprotegidas.

Figura 1. Os fundamentos sociais do poder

Violências

Cuidados

Instabilidade das identidades

Classificações de

Género e

Hierárquicas

Como refere Bhambra (2014:146-150), a mobilização dos tipos ideais weberianos é o método principal através do qual a sociologia estabeleceu um quadro analítico redutor. Apenas aquilo que se entende estrutural, *a priori*, é considerado. Todas as histórias podem caber nesse quadro, desde que o ideal-tipo (precisamente por ser ideal) não seja atingido ou contraditado.

Esta constatação deve colocar a questão: será por ser assim que as ciências sociais são distintas das ciências? As ciências sociais serão, nesse sentido, um cânon de reforço ideológico das hierarquias sociais e das classificações usadas pelo poder, usando o prestígio de independência das ciências para o efeito. Se assim for, isso daria sentido útil à concentração das atenções das teorias sociais no poder e, igualmente, o seu descuido das dimensões de cuidados-violência e da instabilidade das identidades, sobretudo as dominadas. Como diria Voltaire, através da personagem Pangloss do romance *Cândido*, trata-se de mostrar o melhor dos mundos possível, em que instituições mais prestigiadas escondem melhor as violências e as instabilidades através de sistemas de cuidados e da hierarquização de identidades. Escolas, hospitais, como outras instituições, representam hierarquizações de saber e de cuidados e escondem as violências implicadas nessas hierarquizações. Violências contra mulheres, crianças e velhos perpetradas fora e também dentro das instituições, de forma sistemática mas naturalizada e ao cuidado das próprias instituições hierarquizadas. As hierarquias mais elevadas são tomadas por redes de homens em representação de poderes misóginos e elitistas. As suas posições são altamente remuneradas e são representadas, até para sua própria defesa e prestígio, como inexpugnáveis e super agradáveis. São ideais nos dois sentidos do termo: são imaginárias e são consideradas socialmente como as melhores, por corresponderem ao maior poder possível.

As ciências trabalham em quadros de investigação cujos financiamentos dependem do poder. Mas dependem também das necessidades de cuidados (por exemplo, das doenças emergentes) e das instabilidades identitárias (por exemplo, qual é o sentido de haver uma Terra no meio do universo?). A sua legitimidade não decorre, sem mediações, tão directamente como as ciências sociais das relações de poder. A actualização das ciências sociais, facilitada actualmente pela crescente instabilidade dos poderes globais, poderia gizar-se em aliança com as ciências, isto é, em colaboração com elas para reforçar os aspectos de legitimidade mais distantes do poder. Nomeadamente denunciando o carácter misógino e elitista das actuais configurações de poder, incluindo as configurações ideal-típicas que as ciências sociais fazem geralmente do poder, naturalizando as classificações de género e das desigualdades sociais oficialmente usadas.

Na prática, o valor das teorias em ciências sociais depende da autoridade granjeada por cada autor, por um lado, e pelo respeito que manifeste pelo cânon, por exemplo, pelas dimensões clássicas de análise. Anthony Giddens (1988) elaborou uma crítica ao quadro tradicional de análise estrutural-funcionalista e às dimensões ainda actualmente dominantes: a política, a economia, a cultura e a sociedade. Actualizou, como disse, esse quadro analítico em função da fase histórica do capitalismo avançado. Sistematizou os conflitos sociais do tempo em que escreveu. Com base na evidência da constituição social dos movimentos sociais de então, o dos trabalhadores, o ecológico, o pacifista, o dos direitos humanos (o autor inglês confessou em nota de pé de página não ter sabido o que fazer com o movimento das mulheres), organizou um outro quadro cartesiano de referência. Tomou para dimensões analíticas o capitalismo, o industrialismo, a guerra e o controlo social. Simplesmente não foi seguido. Essa crítica não fundou nenhuma linha de investigação duradoira ou influente, apesar da influência do autor ser grande. Ele próprio terá deixado cair essa crítica. Por exemplo, a violência – seja sob a forma de guerra ou de violação de direitos humanos na ordem interna dos países ocidentais – continua a não ser referida em ciências sociais (Wieviorka 2005:68; Malešević 2010:15). A modernidade do holocausto continua por explicar (Bauman 1997; Joas 2005). Os conflitos do Médio Oriente continuam a ser um mistério e alvos de todas as intervenções desastradas e nefastas que são ao mesmo evidentes e intratáveis racionalmente.

Na sociedade ideal típica, a violência é uma excepção. Uma reminiscência do passado instintivo e desregulado, étnico. Um fenómeno anti-social, extra-social. A cargo do Estado e da política, de que a sociedade e a sociologia estão dispensadas de pensar. Embora não estejam dispensadas de lhe sofrer as consequências. Os Estados enviam os mancebos para a guerra, destruindo-lhes na recruta qualquer consciência de que mais do que a morte arriscam a vida de terceiros e dos próprios. E abandonam os cuidados dos veteranos de guerra às suas famílias, sabendo por experiência própria que ninguém se queixa, a não ser em surdina, isto é, nos lugares hierárquicos inferiores, de onde raramente as vozes chegam aos lugares de poder. A sociologia não se atreve a mexer nesta ferida (Dores 2014).

Não é só a violência que é excluída da sociedade sociológica. Latour (Latour 2007) reparou como a tecnologia forma um mundo à parte perante o qual a sociologia simplesmente para. Nenhuma descrição, nenhuma referência, nenhuma avaliação, nenhuma ponderação. Para os sociólogos, a tecnologia com que as pessoas e as instituições lidam todos os dias é transparente (a pretexto de ser opaca a não especialistas). Não faz parte do ideal tipo e, por isso, é simplesmente ignorada. Como tudo o que não esteja teoricamente previsto recuperar como informação pertinente e aceitável. A tecnologia, a tecno-esfera, é representada como irrelevante ou de efeitos constantes face ao mundo social. Foucault (1975) descreve as prisões como tecnologias de poder: um modo de separar o poder da vida social legítima. As prisões são um mundo à parte, como se costuma dizer. Mundo bastante mais frequentado por minorias sociais do que por membros das classes médias e dominantes. Bhambra (2014) nota como a existência de colónias na constituição das sociedades dominantes e de práticas coloniais actuais são simplesmente ignoradas pelas teorias sociais e pelos sociológicos. Holloway (2003) refere a repugnância da teoria social pelos estados de alma, pelos gritos de desesperança, não apenas dos desvalidos mas dos próprios sociólogos em luta para dar conta das realidades escamoteadas pelo próprio emaranhado das lutas sociológicas pela apresentação de evidências sobre a repressão, os abusos de poder, a exploração, o racismo, o sexismo, etc.. Alberoni (1989), noutro sentido mas elaborando sobre a importância de incluir o estudo de estados de alma nas análises sociais, referiu o estado de espírito nascente com um estado pós-depressivo, ao mesmo tempo pessoal e social, comummente experimentado por todos os seres humanos e que, em determinadas conjunturas, se torna epidémico, socialmente criativo, génese de movimentos sociais e de transformações sociais. Collins (2005) nota a ausência de referências durkheimianas, antropológicas, nas definições de sociedade. Nomeadamente as que se podem desenvolver a partir de *Formas Elementares da Vida Religiosa*, do estudo das formas de emergência e evolução dos conhecimentos. O sociólogo norte-americano estuda a energia emocional procurada, acumulada e usada pelas pessoas para a construção de situações de maior estabilidade pessoal e social. Faz desse instinto alimentar a base da própria sociedade, não só centrado em comida mas também em sexo e em relações sociais propícias à satisfação de necessidades básicas, incluindo protecção e cuidados contra a violência e afirmação de resiliência contra a instabilidade identitária. Estes trabalhos requerem capacidade de mobilidade capaz de produzir os encontros sociais necessários à procura de novas energias emocionais. Mobilidade fundadora da epopeia humana na Terra. E que diferencia as potencialidades das diferentes sociedades e das pessoas dentro de cada sociedade (Urry 2007). A importância da liberdade ambulatória (pela positiva e pela negativa) não pode ser exagerada. Como mostra o estudo de Zimbardo (2007) sobre as prisões, automaticamente os instintos perversos emergem das situações de isolamento social forçado. No sentido inverso do que ocorre com a menor desigualdade relativa de rendimentos atribuídos às pessoas que se identificam com a mesma sociedade (Wilkinson & Pickett 2009). Há algo que se impõe à natureza humana, condicionando-a para o melhor e o pior, segundo a liberdade relativa de que disponham as pessoas. O que é igual para outros animais, é potenciado na espécie humana pela sua característica mental recursiva (Corballis 2011). As pessoas, quer queiram quer não, vivem da sua imaginação sobre o passado (identidade) e o futuro (oportunidades de ser cuidado e de cuidar). O ser humano sofre de um modo mais intenso e transformador as restrições e as oportunidades de liberdade. Os mitos históricos e as migrações dão conta disso mesmo.

Não basta reconhecer como a teoria social limita o campo de acção e de visão dos sociólogos. É possível estabelecer uma estratégia cognitiva para escapar à prisão (estrutural-funcionalista ou equivalente) em que estamos. Construir teorias centrífugas, abertas às ciências (como a biologia) e a outros saberes (como o direito), às histórias e às prospectivas de mais longo prazo (Morris 2013), no sentido de atribuir aos sociólogos a maior amplitude de liberdade possível.

Referências:

Alberoni, F., 1989. *Génese*, Lisboa: Bertrand.

Bauman, Z., 1997. *Modernidad y Holocausto* 1a edição., Barcelona: Sequitur.

Bhambra, G.K., 2014. *Connected Sociologies*, London/NewDelhi/NY/Sydney: Bloomsbury.

Bourdieu, P. & Passeron, J.-C., 1964. *Les Héritiers*, Paris: éditions de Minuit.

Collins, R., 2005. *Interaction Rituals Chains*, Princeton: Princeton University Press.

Corballis, M.C., 2011. *The Recursive Mind – The Origins of Human Language, Thought, and Civilization*, Princeton: Princeton University Press.

Dores, A.P., 2014. Violence in society. *Pensamiento Americano*, 7(13), pp.144–162. Available at: http://www.coruniamericana.edu.co/publicaciones/ojs/index.php/pensamientoamericano/article/view/237.

Foucault, M., 1999. *Les anormaux*, Paris: Gallimard, Le Seuil.

Foucault, M., 1975. *Surveiller et punir : naissance de la prison*, Paris: Gallimard.

Giddens, A., 1988. Dimensões da modernidade. *Sociologia Problemas e Práticas*, (4). Available at: http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/36/407.pdf.

Girard, R., 1972. *La Violence et le sacré*, Paris: Grasset.

Holloway, J., 2003. *Change the World Without Taking Power - The Meaning of Revolution Today*, London: Pluto Press. Available at: http://www.endpage.org.

Joas, H., 2005. *Guerra y Modernidad - estudios sobre la historia de la violencia en el siglo XX*, Barcelona: Paido.

Lahire, B., 2012. *Monde pluriel. Penser l’unité des sciences sociales* Couleur de., Paris: Seuil.

Lahire, B., 2003. *O Homem Plural – As Molas da Acção*, Lisboa: Piaget.

Latour, B., 2007. *Changer de société, refaire de la sociologie*, Paris: La Découverte.

Malešević, S., 2010. *The Sociology of War and Violence*, Cambridge: Cambridge University Press.

Morris, I., 2013. *O Domínio do Ocidente* 1a ed. 201., Lisboa: Bertrand.

Moscovici, S. & Doise, W., 1991. *Dissensões e Consenso*, Lisboa: Livros Horizonte.

Mouzelis, N., 1995. *Sociological Theory: What Went Wrong? – diagnosis and remedies*, London: Routledge.

Preto, J., 2010. *Estado Contra Direito - flagrantes do assédio Liberdade de Expressão*, Lisboa: Argusnauta.

Therborn, G., 2006. Meaning, Mechanisms, Patterns and Forces: an Introduction. In G. Therborn, ed. *Inequalities of the World – New Theoretical Frameworks, Multiple empirical approaches*. pp. 1–58.

Urry, J., 2007. *Mobilities*, Cambridge: Polity Press.

Wieviorka, M., 2005. *La Violence*, Paris: Hachette Littératures.

Wilkinson, R. & Pickett, K., 2009. *The Spirit Level – why more equal societies almost always do better*, London: Penguin Books.

Zimbardo, P., 2007. *The Lucifer Effect: understanding how good people turn evil*, NY: Random House.